

NÚMERO ESPECIAL

SEARA NOVA



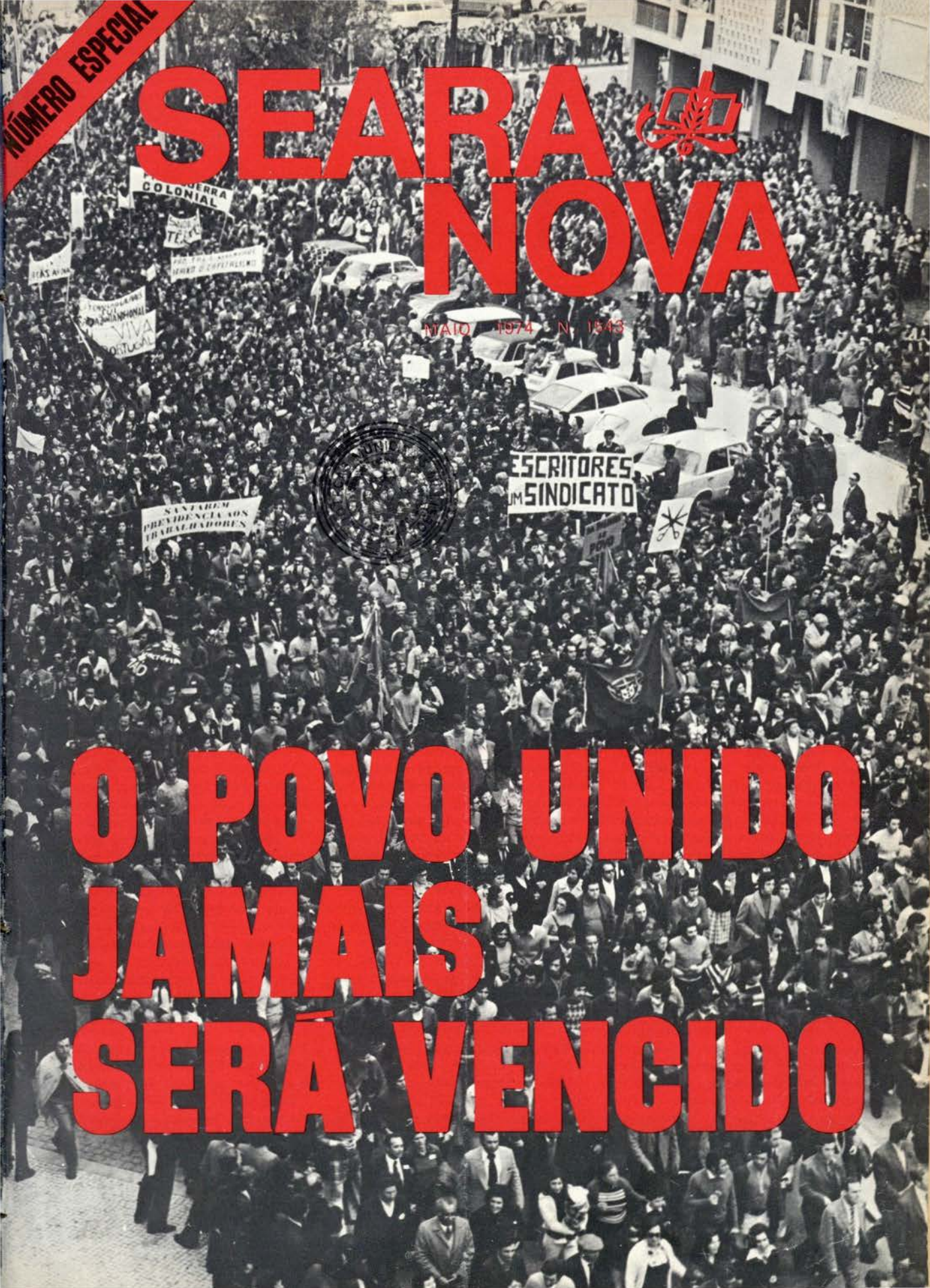
MAIO 1974 N. 1543



SANTARÉM
PREVIDÊNCIA AOS
TRABALHADORES

ESCRITORES
IM SINDICATO

O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO



EDITORIAL

Ao desencadear a revolta de 25 de Abril, o Movimento das Forças Armadas culminou um processo de integração na consciência popular que vinha a desenvolver-se, mais acentuadamente, desde há alguns meses. São conhecidas algumas das manifestações exteriores desse processo. A última em data, a tentativa de sublevação de 16 de Março, recebeu de Marcelo Caetano os qualificativos de "ingenuidade" e "irreflexão"... As Forças Armadas, que desde há muito se viam separadas do povo e aborrecidas por ele, foram desta maneira insultadas por um governante que perdera completamente o domínio da situação — se alguma vez o teve. Depois de servirem de instrumento de uma política suicida, as forças de terra, mar e ar encontravam-se perante a escolha final: ou a degradação completa, o peso de um uniforme que deixara de merecer respeito e chegava a envergonhar os elementos militares mais concientes, ou a liquidação irreversível de um regime ignóbil, mesmo arriscando-se a uma guerra civil de trágicas consequências. As opções eram claras, portanto. Ou as Forças Armadas continuavam a servir docilmente um governo que nunca servira o Povo, ou descobriam o caminho da sua recuperação moral e da sua dignidade. O dia 25 de Abril foi a resposta.

O tamanho do desastre português dos últimos quarenta e oito anos avalia-se melhor na surpresa causada pela ousadia do programa do Movimento das Forças Armadas. Sujeito a todas as repressões e violências, dominado por um obscurantismo ideológico sistemático, explorado até ao sangue pelos filhos e afilhados do fascismo, desprezado todos os dias pela hipocrisia da família salazarista e marcelista, — o povo português, mesmo nos seus sonhos mais desligados da realidade, não esperava ver-se, em vinte e quatro

horas, liberto de uma polícia criminosa, de uma censura criminosa, logo, de um governo criminoso. Na continuação de todos os sacrifícios e lutas da Oposição Democrática, as Forças Armadas, organizadas politicamente (ou para um acto político) no seu Movimento, reconheceram enfim que é seu dever servir o Povo e não um governo, reconheceram que são elas próprias uma parte do Povo em armas e não um instrumento de repressão. Manipuladas até agora pelo fascismo como se fossem uma qualquer corporação policial, as Forças Armadas reconhecem-se livres apenas na medida exacta em que o Povo o for. O dia 25 de Abril declara essa comunhão na liberdade.

E agora? A revolta está feita, a revolução está por fazer. O País atingiu o nível mais baixo do vexame e da miséria, e vai ter que sair disso, ou morrerá de vez. É agora ao Povo que compete tomar o destino de Portugal nas suas próprias mãos. De uma vez para sempre. Acabou-se o tempo dos "patriarcas políticos", dos "chefes carismáticos", das "venerandas figuras". Agora todo um Povo terá de ser responsável ou aprender a sê-lo. Uma colectividade escravizada terá de transformar-se num povo de gente livre, capaz de construir o futuro a partir deste presente de ruínas.

Órgão de doutrina e crítica, a "Seara Nova", liberta da censura e da violência policial, estará presente no processo político como sempre o esteve enquanto foi vítima do arbítrio fascista. Apela para que todos os seus leitores, o Povo inteiro, sejam igualmente intervenientes em todos os momentos e circunstâncias. Conscientes do exacto sentido da palavra, exigimos o cumprimento integral do programa do Movimento das Forças Armadas. Mais ainda: exigimos o cumprimento integral do compromisso assumido pelo

Movimento perante o País, quer na sua latitude, quer nos prazos fixados. O mínimo adiamento, o mínimo desvio, serão aproveitados pelas forças da reacção fascista, pois deverá ser claro que não podemos ter a ilusão de que o fascismo desarmou. E desde já apontamos a incongruência de reunir no Funchal, como se de um governo no exílio se tratasse, Marcelo Caetano, Américo Tomás, Moreira Baptista e outros ex-ministros. É absurdo facultar-lhes condições a este ponto propícias à conspiração, a que certamente vão entregar-se, com apoio daqueles que ficaram no Continente para nos apunhalarem pelas costas. O Movimento das Forças Armadas deverá reflectir sobre os riscos que tal decisão comporta. É, desde já, responsável por eles.

Na conjuntura actual, a "Seara Nova" afirma o seu apoio ao programa do Movimento das Forças Armadas. Considera-o, também, uma "plataforma para a resolução da grande crise nacional que Portugal atravessa", um primeiro e na verdade ousado passo no caminho da dignificação cívica do País, e reafirma solenemente a certeza de que o Povo Português, senhor enfim do seu destino e obreiro dele, construirá aqui a sociedade socialista, única capaz de varrer definitivamente as desigualdades, as opressões económicas e políticas, a exploração do homem pelo homem. Unicamente deste ponto de vista há-de ser entendido o apoio exigente que damos ao programa do Movimento das Forças Armadas: enquanto o programa for cumprido e enquanto o Movimento se mantiver à altura das suas responsabilidades. A "Seara Nova" não passa cheques em branco, nem hipoteca a sua liberdade de julgamento.

E agora, trabalhar. Decisões prontas, pensamento claro — eis o que o tempo exige de todos nós.



N. 1543 MAIO 1974

EXPLICAÇÃO

A saída deste número da "Seara" exige uma breve explicação aos leitores, não só porque a sua publicação surge atrasada alguns dias, mas também porque as páginas são menos do que o normal.

A verdade é que os inesquecíveis acontecimentos de 25 de Abril e o que se seguiu nos colheram com a revista

praticamente concluída, colocando-nos perante duas opções: publicar na mesma o número, ou elaborar um novo.

Inclinarmo-nos para a primeira hipótese implicaria, por um lado, num regime de liberdade de imprensa — finalmente! — a revista aparecer sujeita a duas censuras, a propriamente dita e aquela que nós próprios nos impúnhamos, como há décadas vinha

acontecendo; por outro lado, implicaria também não nos referirmos, como sentíamos ser nosso dever, ao alto momento que o país vive. Foi por isto que decidimos desfazer tudo o que estava feito e fazer um número novo, ainda que a necessidade de o publicar rapidamente nos obrigasse a reduzir-lhe as páginas.

Mas não duvidamos que os leitores nos compreenderão.

DIRECTOR: RODRIGUES LAPA

DIRECTOR-ADJUNTO: VASCO MARTINS

Proprietária e Editora: Empresa de Publicidade «SEARA NOVA»

Redacção R. LUCIANO CORDEIRO, 103, 1.º-E. — Telef. 5 13 02 — LISBOA/Administração: R. BERNARDO LIMA, 23, 1.º-E. — Telef. 53 08 69 — LISBOA

Composição e impressão: Sociedade Nacional de Tipografia, S. A. R. L. — Rua de «O Seculo», 41 — LISBOA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA — CONTINENTE - 6 números: 55\$00; 12: 100\$00 — ILHAS E ULTRAMAR - 12 números: 100\$00
ESTRANGEIRO - 12 números: 120\$00

ASSINATURAS POR VIA AÉREA: Preços indicados a pedido

Distribuidores: Sociedade Nacional de Tipografia, S. A. R. L. •
SAI TODOS OS MESES

PREÇO DO NÚMERO AVULSO - Continente, Ilhas e Ultramar: 10\$00

Todos os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

NESTA VIRAGEM HISTÓRICA

por M. RODRIGUES LAPA

Quando, no dia 18 do passado Abril, viajei para o Brasil, disse a alguns amigos meus que, no meu regresso, daí a poucos dias, era bem possível que viesse encontrar um Portugal diferente. Tinha lido antes os "manifestos dos Capitães", e a minha experiência do texto levava-me a crer que a impaciência dos jovens oficiais não tardaria a concretizar-se num acto revolucionário. Ainda bem que assim foi; até porque a impressão que, durante longos anos, nos ficou da gente militar foi atrocemente negativa, por agir como classe totalmente divorciada da Nação. Isso mesmo era honestamente sublinhado nesses manifestos subversivos. Tratava-se pois de forças juvenis, não contaminadas pela corrupção reinante e desejosas de se recolocarem ao serviço do Povo, ofendido e escravizado por uma longa tirania, em comparação da qual a dos Filipos estrangeiros foi um jogo inocente.

A imprensa responsável brasileira, que me foi dado observar directamente, teve também conhecimento do que se passava e

ia passar em Portugal, carreando, sobretudo o "Jornal do Brasil", uma grande soma de informações sobre o problema político português e a crise do Ultramar; o livro do general Spínola era vendido em todas as livrarias e quiosques. E grandes jornalistas, como Tristão de Ataíde, Paulo de Castro, Carlos Castelo Branco, José Silveira e outros, não deixavam de apontar a cegueira dum regime político totalmente posto, por motivos inconfessáveis, ao arripio do interesse nacional. É legítimo afirmar que, se a revolta dos capitães demorasse mais algumas semanas, a solução do problema ultramarino, de difícil que se apresenta já hoje, seria então inteiramente impossível. Caminharam depressa: ainda bem.

Em face do que a Junta de Salvação Nacional já fez e promete fazer, seria uma ingratidão e uma estupidez não lhe dar um crédito de confiança. Sucede porém que os intelectuais da "Seara Nova" exercem acima de tudo uma rigorosa missão crítica, e isso dificulta neles um acto de adesão incondicional. Há um ponto que convém

sublinhar. Que sanções vão ser aplicadas àqueles que durante longos anos forçaram à emigração o povo trabalhador, escuraçaram de suas escolas os professores inconformados, seviciaram milhares de cidadãos, promoveram falsos valores com aviltamento da cultura, enriqueceram escandalosamente à custa de nós todos?

Por muito que sejamos inclinados ao perdão e a esquecer ofensas, cometeram-se neste país crimes que exigem punição severa, em tribunais regulares. Parece-nos injusto que o povo, justamente enfurecido, dê caça aos "pides" que encontra ou julga encontrar na rua, e os responsáveis por todos os males que sofremos estejam em hotéis de luxo, com vida regalada, como se estivessem gozando merecidas férias. Não vamos ao ponto de lembrar para esses malfiteiros os ares secos do Tarrafal, onde penaram muitas das suas vítimas; mas achamos que era tempo de lhes destinar pouso certo e habitação menos confortável, até que chegue a hora do seu julgamento, — se é que vai haver julgamento.

ESTE ANO PELA PRIMAVERA

Nesta terra milagreira, um grande milagre afinal aconteceu: impetuosa Primavera, que longos anos de sofrimento e de resistência vinham a gerar, desabrochou vitoriosa, florindo as armas dos soldados e enchendo de júbilo os corações oprimidos. Com ela veio a libertação dos presos políticos e o regresso dos exilados.

Saudando especialmente estes companheiros de luta, os que mais sofreram durante a tenebrosa noite fascista, "Seara Nova" saúda a libertação do povo português e o Movimento das Forças Armadas que a tornou possível.

Para todos, comovidamente, vai o nosso abraço fraternal, mas decerto nos perdoarão uma especial referência a antigos companheiros da "Seara Nova" agora regressados: Fernando Piteira Santos,

Henrique Ruivo, Manuel Sertório, Manuel Vilaverde Cabral e Rui Cabeçadas.

Esperamos ainda o regresso de outros "seareiros" exilados. Cabe aqui afirmar o nosso ardente desejo de vermos entre nós o mais velho dos "seareiros", o corajoso militar e resistente da primeira hora, que nunca se vergou às prepotências do salazarismo e do marcelismo e hoje conta mais de quarenta anos de exílio. Falamos, é claro, do capitão João Sarmento Pimentel, Cadete quando do 5 de Outubro de 1910, alferes durante a guerra de 1914-18, onde os seus feitos em combate lhe deram direito à Ordem da Torre-e-Espada com Palma, capitão quando combateu a Monarquia do Norte e restaurou a República no Porto, pertenceu ao grupo fundador da "Seara Nova" e foi membro do seu primeiro corpo

directivo. Vencido quando do movimento militar de Fevereiro de 1927 contra a ditadura, foi demitido e passou a viver no exílio. Nunca deixou de combater o fascismo, sendo um dos fundadores e director do jornal "Portugal Democrático", que há muitos anos se publica no Brasil. A Sarmento Pimentel, como a tantos outros, deve o País uma grande reparação.

A terminar esta breve nota, não podemos deixar de lembrar com a maior emoção os "seareiros" que ficaram pelo caminho, aqueles que por suas obras e indómita coragem cívica estão entre os precursores do glorioso dia que não puderam viver. Citando Raul Proença, António Sérgio, Jaime Cortesão, Azevedo Gomes, Câmara Reys e Augusto Casimiro, prestamos homenagem aos "nossos" mortos.

DEPOIMENTOS SOBRE A ACTUALIDADE NACIONAL

A. LOPES CARDOSO

As palavras aparecem-me gastas, sem força, os adjectivos pobres, tíbios, para traduzir o significado das horas que vivemos quando escrevo estas linhas. Quase cinco décadas de fascismo, cinco dias de liberdade! Pela primeira vez em quarenta e oito anos a Seara sairá sem o visto da Censura. Pela primeira vez desde que — há quanto tempo já! — fui trazido ao convívio militante dos seareiros, posso escrever livremente nas suas páginas. O que isto significa só o compreenderão verdadeiramente aqueles que nunca abdicaram; aqueles que pelo sacrifício quotidiano, e tantas vezes anónimo, contribuíram para tornar possível o movimento de libertação do povo português: áqueles para quem vai, neste momento, o meu abraço fraterno.

Derrubada a ditadura, as tarefas que nos esperam são imensas. O programa do Movimento das Forças Armadas propondo-se restaurar as condições mínimas necessárias ao estabelecimento de um regime de Liberdade e ao exercício da Democracia merece o mais decidido apoio. Assim como o apoio popular aos soldados, marinheiros e oficiais que no dia 25 de Abril conduziram o movimento revolucionário contribuiu, sem quaisquer dúvidas, para o seu sucesso, demonstrando de forma inequívoca que esses soldados, marinheiros e oficiais eram os intérpretes heróicos da vontade do povo, também agora do apoio firme e vigilante de todos os democratas dependerá a consolidação das vitórias já alcançadas e a conquista de novas vitórias.

O fascismo foi derrubado, mas o aparelho de estado fascista só parcialmente foi destruído. A extrema direita foi vencida,

mas não desarmada. A unidade actuante de todas as forças da esquerda, sem prejuízo da definição e estruturação das suas diferentes correntes ideológicas, impõe-se nesta fase decisiva da luta pela liberdade em Portugal.

O Movimento das Forças Armadas é credor do apoio que o seu programa e as medidas concretas já tomadas pela Junta de Salvação Nacional amplamente justificam e exigem. O Movimento das Forças Armadas deverá contar com o apoio de todas as forças democráticas e socialistas na realização das tarefas que imediatamente se impõem:

— constituição de um Governo Provisório representativo das várias correntes democráticas;

— destruição da máquina estatal fascista

com a substituição imediata dos quadros da ditadura;

— controlo do aparelho económico, que permanece ainda nas mãos da alta finança e dos monopólios industriais e bancários;

— eleição de uma Assembleia Constituinte que livremente possa definir as bases daquilo que será o Portugal de amanhã.

Para os que acreditam que o socialismo se constrói na liberdade e que só a ausência de liberdade justifica a violência, tais tarefas representam apenas etapas no caminho da sociedade socialista, mas etapas necessárias.

Ao povo português enfim livre caberá escolher o seu futuro, e livremente ele saberá escolher o fim da guerra colonial — porque não é livre um povo que oprime outros povos —, e livremente ele saberá escolher o socialismo, — porque só o socialismo lhe garantirá a verdadeira, a autêntica liberdade.

Lisboa, 29 de Abril de 1974

FERNANDO CORREIA

1. Dez dias após o 25 de Abril, a primeira reflexão que se me impõe diz respeito à caracterização do movimento que derrubou o Governo. Tratou-se, todos o têm dito, de uma revolta militar — e não serei eu a pôr em dúvida tamanha evidência. No entanto, o “modelo” do processo ocorrido não é de nenhum modo identificável com aqueles que geralmente se costumam rotular como “revoltas militares”. Há todo um condicionalismo englobante, não apenas conjuntural, que é preciso considerar, sob o risco de se falsear a apreciação dos factos, as suas motivações profundas e também a própria análise das perspectivas futuras.

O movimento desenvolvido nos últimos

meses por um certo número de oficiais das Forças Armadas, e que viria a culminar no 25 de Abril, não é separável da ampla mobilização popular que desde há décadas se vinha a processar sob a bandeira do antifascismo, tendo como objectivo a deterioração e o isolamento do regime. Ele reflectiu o alargamento da base social desta mobilização. Aos poucos, numa luta perseverante e por vezes ignorada, desafiando a repressão fascista e também os “profetas da revolução” que gritavam “socialismo para amanhã”, tinham-se vindo a criar as condições para que “um” 25 de Abril acontecesse.

Não só acontecesse mas também desde logo encontrasse o povo preparado para o receber, dando-lhe a sua adesão, apoiando e participando nos seus objectivos e iniciativas. E foi isso que aconteceu. Mais do que a uma revolta militar, assistiu-se a uma verdadeira insurreição popular, com as massas trabalhadoras, operárias e intelectuais, proletários e classe média, colaborando com os militares, por vezes mesmo guiando-os, no desmembramento da máquina fascista.

2. Esta questão está longe de ser apenas teórica. A sua consideração nos termos atrás esboçados implica a adopção, por parte de todas as forças democráticas, de uma linha de conduta que privilegie sempre a imprescindível aliança entre os militares e as massas populares, enquanto aqueles permanecerem fiéis — e nada indica que o não continuem a ser — ao seu programa. Só a preservação desta aliança poderá garantir a continuidade do processo de democratização em que uns e outros estão empenhados. E é neste ponto preciso que há que estar vigilante perante as manobras ou provocações divisionistas, venham elas donde vierem.

O país iniciou uma nova etapa no evoluir do processo histórico. Foi dado um grande passo em frente. Além de utópico, seria altamente condenável e perigoso pretender caminhar mais depressa do que as circunstâncias permitem, pondo assim em risco as vitórias já alcançadas. Não se trata aqui de esquecer que somos socialistas e queremos uma sociedade socialista, mas sim de ter sempre presente que a possibilidade de novos avanços passa necessariamente pela consolidação dos já alcançados. E, hoje como amanhã, a eficácia da nossa luta depende da ampla mobilização das massas populares, dos seus filhos armados e das forças democráticas representativas.

3. No momento que passa julgo haver dois tipos de tarefas prioritárias, a cumprir simultaneamente. A primeira relaciona-se com o problema colonial: urge pôr fim à guerra e iniciar negociações com os legítimos representantes dos povos oprimidos (PAIGC, MPLA e FRELIMO), cuja luta heróica, não o esqueçamos, foi um dos factores determinantes para a queda do fascismo. A nossa verdadeira e completa libertação será impossível sem o termo da exploração e do domínio colonialista. Um Portugal democrático é incompatível com a usurpação da independência aos povos que, inclusivé segundo o consenso internacional, a ela têm direito.

4. Outro tipo de tarefas de transcendente importância diz respeito à necessidade de rapidamente proceder ao desmantelamento não só de todo o aparelho repressivo fascista mas também da máquina burocrática sobre a qual o regime assentava. Mas é evidente que a destruição da legalidade fascista não bastará para obstar ao seu eventual regresso. O fascismo subiste e subsistirá enquanto

económica e social que o sustentava existe ainda. É natural que agora o capitalismo português, mais rápida e livremente do que o vinha a fazer, se procure adaptar aos novos tempos, mas nem por isso o perigo político de uma reacção de direita deixa de pairar. Há que manter a maior vigilância no sentido de assegurar a conquista das medidas democráticas previstas no programa das Forças Armadas, pois só o cumprimento integral e sem tergiversações deste, através duma íntima colaboração entre os militares e as forças populares, poderá permitir a derrota definitiva do fascismo.

Neste aspecto, algumas medidas concretas assumem particular significado. É o caso da instauração real de todas as liberdades democráticas, sem esquecer a

permissão de partidos políticos, único processo de orientar o entusiasmo popular segundo linhas coerentes e da própria escolha de cada um; é o caso da criação de um Governo Provisório, aberto a todas as forças representativas da esquerda, o qual imediatamente deverá trabalhar no sentido de satisfazer as mais prementes reivindicações das classes trabalhadoras, abolir o sistema corporativo e permitir um sindicalismo livre, assim como preparar eleições para a Assembleia Constituinte que sejam também verdadeiramente livres; é o caso ainda da rápida mobilização e organização dos trabalhadores, tendo como objectivo a luta democrática e de classe.

5 de Maio

SOTTOMAYOR CARDIA

Pelo menos em Portugal, e contra toda a aparência anterior, a realidade pode exceder o sonho.

A situação que vivemos é provavelmente inédita na história das revoluções. Onde e quando um pronunciamento militar tinha arrancado, no século XX, um país triste e desesperado às garras da tirania?

Inédito na ordem dos factos, o "clan" libertador que reanima o país introduz, no plano dos valores, uma mudança radical na consciência de si da própria nação. De terra sombria e gente amordaçada, Portugal transformou-se subitamente em geografia da esperança. Enquanto entidade moral, a nação portuguesa já hoje não é a que era há uma semana. Uma sociedade que parecia condenada à intoxicação e à impotência deu provas de extraordinária inteligência e inabalável força de vontade. Irmanado com o Movimento das Forças Armadas, iniciou uma vida de povo livre. Da noite para a madrugada, uma gente que parecia conformada, distraída, reservada, descrente de si e ignorante dos seus direitos, descobriu-se a acarinhar os rebeldes, a apoiá-los, a abraçar carros de combate. E depois desfilou serenamente, entusiasticamente, manifestando um júbilo infinito, uma emoção irreprimível, um reconhecimento sem reserva à heróica e admirável determinação dos militares revolucionários. Onde quase tudo parecia subjugado à ditadura do medo, floresce agora o cravo como símbolo da esperança.

Não chegou ainda a hora da análise fria e rigorosa. Mas convém que a acção, responsável e urgente mais do que nunca, não faça perder de vista a novidade do que se passou. A revolução de 25 de Abril resultou de uma convergência excepcional, feliz sem dúvida, mas indirectamente preparada por longa e dura resistência, entre a exigência nacional de destruição do fascismo e a consciência do absurdo da

guerra pelos que mais directamente a suportaram.

Pela experiência vivida, os quadros intermédios e subalternos das Forças Armadas puderam despir-se da ideologia colonialista que lhes foi imposta na escola e na caserna, e compreender a justiça da causa dos movimentos de libertação e a inviabilidade militar do prosseguimento da guerra. A obstinação imobilista do fascismo de posto vinculou intimamente o anticolonialismo à destruição do fascismo. O colonialismo, como cancro, ameaçava corroer o corpo da nação, mas foi o regime fascista que ele finalmente vitimou.

A pressão popular, nas ruas, nos locais de trabalho, nos sindicatos, nos serviços públicos, nas escolas, lançou, numa primeira fase, as bases para a destruição política das principais instituições do fascismo. Quantos milhares de portugueses exigiram, fisicamente, nas imediações dos fortes prisionais, a libertação dos presos políticos? Quantos milhares de civis secundaram os militares no cerco à sede da PIDE? Quantas centenas de milhares de trabalhadores se lançaram desde logo no desmantelamento do corporativismo, no exercício do sindicalismo livre, na prática da autogestão dos serviços públicos? Como não reconhecer a importância decisiva do aparecimento à luz do dia do Partido Socialista e do Partido Comunista, cujos secretários gerais foram recebidos no regresso à pátria por multidões entusiásticas? Quantos Primeiros de Maio terão sido comemorados com tamanha grandeza, num país inteiro e sem um só incidente? E tudo feito, sublinhe-se, em plena comunidade de espírito e unidade de acção com o Movimento das Forças Armadas.

Quem se não deixou invadir de surpresa perante a síntese de serenidade e emoção com que o país soube dar os primeiros passos no caminho da liberdade? A

imediate aptidão para o exercício da liberdade demonstra que há muito o povo português se encontrava absolutamente preparado para uma vida política normal. A verificação das virtudes e das possibilidades da liberdade política estará, seguramente, convencendo muitos ex-apolíticos, muitos ex-cépticos, muitos ex-conservadores de que a liberdade política é o clima natural da vida em sociedade. Que mais radical desmentido à tese da alegada impreparação para a liberdade do que o seu impecável exercício em momento virtualmente tão conturbado?

A liberdade de palavra, de reunião e de associação é hoje um facto. Mais do que isso: o sindicalismo espontâneo iniciou uma experiência de autogestão em serviços públicos e mesmo em algumas outras empresas, nomeadamente ligadas à informação. A destruição da máquina fascista processou-se em bom ritmo e no bom sentido. Parece fundada a esperança de que tal caminho se torne irreversível. Estamos ainda longe, porém, da neutralização material dos suportes sociais e económicos do fascismo: o domínio da burguesia senhorial persiste. Nem outra coisa poderia aliás acontecer, bem entendido. Graves e variados são os riscos que ameaçam a construção da democracia política em Portugal: pressões externas (não é pensável que o franquismo ameaçado de contágio cruze os braços perante a Primavera de Lisboa, nem é provável que o imperialismo norte-americano se desinteresse inteiramente da revolução portuguesa), tentativas de secessão branca estilo rodesiano na África Austral, conspiração interna das forças contra-revolucionárias e sobretudo eventual sabotagem da vida económica pelas poderosas oligarquias. O poder é politicamente militar, mas está sociologicamente dividido entre a organização económica do fascismo (factor hegemónico) e a eclosão das forças populares (factor ainda subalterno). Ora em sociedade aberta o poderio económico facilmente se sobrepõe à autoridade política, quer pela capacidade de absorção quer pelo recurso à anarquia económica. A unidade do povo firmada na aliança das forças democráticas e das organizações sindicais é a única contrapartida de poder que a luta pela liberdade conseguirá opor à ofensiva do grande capitalismo, seguramente empenhado em deteriorar uma situação que se herdou difícil e corre riscos de assumir novas formas de rutura. E sejamos crentes de que, hoje muito mais do que ontem, o dilema é: liberdade ou morte.

A liberdade foi conquistada e poderá ser mantida e aprofundada. Mas a democracia política está na primeira, embora brilhante, fase da sua construção. Importa que os democratas se conservem também unidos na vigilância das instituições que vão nascer, desde já, das iniciativas legais do Governo Provisório. Será decisivo o que se estabelecer

“COMO EM HANOI EM OUTUBRO DE 1954”

Nestes dias inesquecíveis para todos nós, em que cada hora que passa nos transporta para novos momentos de emoção, tivemos a particular alegria de ver entrar portas adentro da Seara um velho amigo e grande repórter internacional: Wilfred Burchett. Desde há muito vivendo de perto as mais duras lutas dos povos oprimidos em favor da sua libertação, autor de obras famosas em que relata a sua experiência talvez ímpar no domínio do jornalismo mundial, algumas das quais traduzidas e editadas pela Seara — “Segunda Guerra da Indochina”, “Bombas sobre Hanói”, “Novamente a Coreia” e, de colaboração com Sihanouk, “A Minha Guerra com a CIA” — Burchett, além de nos ter honrado com o seu abraço fraterno de solidariedade, fez questão de nos entregar a seguinte mensagem, que com satisfação e

orgulho reproduzimos:

“Foi com profunda emoção que participei nessa extraordinária explosão de alegria com que o povo de Lisboa celebrou o fim de quase meio século de ditadura fascista. Foi um grande privilégio para mim estar presente neste momento histórico. O único paralelo que pude fazer foi ao entrar em Hanói, em Outubro de 1954, com as tropas de libertação do Exército do Povo Vietnamita, quando toda a cidade irrompeu com bandeiras e flores para celebrar o fim da longa noite de domínio colonialista. Felicitações à Seara Nova por ter permanecido um facho de luz e uma chama irradiadora durante os últimos cinquenta anos. Possam as ideias pelas quais a Seara Nova tão corajosamente lutou ser finalmente concretizadas.”

em matéria de democratização da informação, da reforma do sistema escolar, da liberdade sindical e direito à greve, de legislação penal e processual penal, de organização da magistratura, de liberdades fundamentais, de democratização da vida local, de lei eleitoral, etc... Hoje, conquistada a cidadania, somos responsáveis pelos destinos do país. O Governo Provisório poderá decretar as bases legais da democracia mas se e só se o poder popular souber neutralizar o poder dos grupos económicos nacionais e multinacionais.

A democracia política é a meta histórica próxima do povo português. Ninguém pode hoje prever com segurança que alterações na esfera social e económica serão necessárias à defesa e consolidação de uma ordem política democrática, ou seja, ninguém poderá dizer em que medida a estratégia antimonopolista é constituinte da própria estratégia de construção da democracia política. Em grande parte tudo depende, naturalmente, do civismo de quem detém as alavancas do poder económico.

De qualquer modo, a democracia política não assegura por si só a democracia real. A ideia de democracia supõe, na ordem social, a exigência socialista. Um política económica e social ao serviço do trabalhador passa pela propriedade social dos meios de produção e distribuição e dos serviços de interesse social.

O povo português decidirá, em plena liberdade e democraticamente, se quer ou não construir uma sociedade socialista. Não

só o socialismo futuro terá a liberdade política como factor constituinte, mas a própria transição ao socialismo se processará em Portugal por via democrática. Poderá e deverá processar-se — tal é o desafio do socialismo democrático, polarizado no Partido Socialista. É um desafio sereno dirigido a todas as forças políticas, mas é sobretudo um acto de confiança na inteligência e na vontade do povo português. Hoje o socialismo democrático não é simples afirmação de princípio: é também uma concepção estratégica inteiramente coerente e, o que é mais, provavelmente vitoriosa a médio prazo se a revolução iniciada a 25 de Abril não for esmagada pela extrema reacção.

O 25 de Abril, que começou em pronunciamento militar mas rapidamente se transformou em revolução política libertadora, será então a última insurreição da história portuguesa. Parece realista, e não necessariamente optimista, a previsão de que a profunda reforma da mentalidade operada nas Forças Armadas portuguesas terá afastado o risco futuro de uma intervenção do género da verificada no Chile. A aprendizagem prática da democracia pelos militares e a revisão da orgânica militar, que logicamente se há-de seguir e se iniciou já, impedirão que a contra-revolução recorra ao braço marcial para travar a transição pacífica ao socialismo. O que equivale a concluir que Portugal passou de lázaro merecedor de piedade a povo portador de uma experiência histórica de vanguarda.

UMA VIA PORTUGUESA PARA O SOCIALISMO?

por ANTÓNIO REIS

São estas as primeiras linhas que escrevo depois do "25 de Abril". Absorvido pelas tarefas que o Movimento das Forças Armadas me destinou na RTP, foi-me difícil até agora reflectir a sério sobre o significado e as consequências do "Movimento" em que participei como militar mas sobre o qual nunca pude deixar de lançar o meu olhar de político.

ANTES DO 25 DE ABRIL

Dado que já há algum tempo antes do 25 de Abril estava metido, juntamente com outros camaradas oficiais milicianos de outras unidades do País, na preparação desta revolução "tui generis", não posso evidentemente acusar a enorme surpresa causada ao País pelo ocorrido. Recordo, agora, as longas discussões sobre a orientação política do "Movimento", e desconfiança de parte dos meus amigos políticos sobre a coerência democrática dos militares, o receio de que tudo isto se limitasse a um movimento de apoio ao general Spínola e às suas ideias. Defendia, então, a necessidade de "estarmos no acontecimento" ainda que houvesse riscos de utilização do Movimento pela corrente "neocolonialista e capitalista moderna". A nossa presença decidida poderia ajudar a inflectir o Movimento num sentido mais consentâneo com os interesses populares. Sabia que entre os oficiais do quadro muitos havia que queriam (e querem) ir mais longe do que pintar de novo a fachada. A minha maior alegria, neste momento, depois da queda do fascismo, é verificar que estas premissas não estão a sair "furadas". Sinto que o meu esforço pessoal, o risco físico e político que corri, bem como os meus camaradas, não está a ser em vão.

Mas mais do que este testemunho pessoal, importa agora manejar as armas da fria e serena análise política, de forma a definir com todo o rigor possível as coordenadas da presente situação e a prever o sentido da sua evolução.

A "FIGURA POLÍTICA" DO 25 DE ABRIL

Em primeiro lugar, creio que é importante caracterizar devidamente a "figura política" do Movimento do 25 de Abril. Golpe de Estado? Revolução militar? Revolução popular? Qualquer destas designações, só por si, é insuficiente para a caracterizar. Aquilo que de início, na sua fase preparatória, se assemelhava ao clássico golpe de Estado, em breve se transformou em revolução militar para logo de seguida se extravasar em revolução popular, sem que, no entanto, assumi todos os predicados de cada uma destas figuras revolucionárias. Trata-se de uma simbiose bastante original, em que, neste momento, avulta a unidade POVO-FORÇAS ARMADAS, depois dum processamento de situações que se desviou das estratégias clássicas. E aqui chamo a atenção para uma primeira pista de reflexão teórico-política a partir dos ensinamentos desta prática: seria interessante comparar as várias estratégias que as forças oposicionistas foram propondo ao longo destes anos para a

conquista do poder com aquela que acabou por ser aplicada, para além, embora sob a influência, dessas mesmas forças oposicionistas: quais os seus pontos de ligação e quais as razões que levaram ao aparecimento de uma via não prevista, pelo menos nos últimos anos? (E aqui haveria que estabelecer uma comparação com as outras tentativas militares falhadas.)

O FACTOR DECISIVO: A LUTA DOS POVOS COLONIAIS

Seguidamente, é fundamental que se defina com toda a clareza o factor político principal que se encontra na origem do Movimento das Forças Armadas. E este não pode ser outro senão a luta dos povos coloniais pela sua libertação. Infelizmente, este ponto tem ficado algo na sombra nos inúmeros discursos até agora proferidos. Parece que a súbita unidade que se gerou entre o Povo e as Forças Armadas tem levado a sobrevalorizar excessivamente a contribuição das lutas democráticas das organizações populares portuguesas em detrimento da luta, bem mais decisiva para o desenlace que se verificou, dos Movimentos de Libertação das colónias. E segunda pista de reflexão teórico-política nos surge aqui: não será de considerar o caso português como a verificação prática duma lei histórica actualmente em acção, segundo a qual a luta dos Povos do Terceiro Mundo será decisiva para o desabamento final do sistema imperialista e capitalista internacional?

Mas se a luta dos povos coloniais foi o factor decisivo da mudança operada no seio das Forças Armadas, ela é igualmente a questão básica, primordial, a resolver desde já. É necessário que se retirem todas as consequências da importância desta luta, desmascarando as falsas soluções de compromisso de tipo federalista e defendendo, com argumentos sólidos e inteligentes, a única solução possível e eficaz: a independência das colónias sob a égide dos Movimentos de Libertação, o que não exclui, antes favorecerá, a possibilidade de uma cooperação fraterna em todos os domínios entre o nosso povo e os povos coloniais.

O CONTROLO POPULAR

Em terceiro lugar, é indispensável salientar aquilo que podemos justamente considerar como a segunda vitória desta revolução e que será o factor decisivo para a sua consolidação: o progressivo controlo do poder pelos trabalhadores nas empresas e nos organismos estatais e pelos estudantes nas escolas, graças à autêntica explosão do movimento sindical e estudantil. Permita-se-me que refira aqui a experiência a que me é dado

assistir na Televisão, em que os vários sectores profissionais vêm reunindo e tomando importantes decisões, como primeiro passo para o estabelecimento dum autêntico controlo dos trabalhadores sobre os centros de decisão da empresa. Tal como a Televisão, e em certos aspectos já num estado mais avançado, temos também a experiência do controlo dos jornais e do rádio. Mas também em empresas industriais se verifica uma salutar contestação da autoridade tradicional e do domínio burocrático, que escondiam geralmente uma profunda incompetência técnica e se identificavam apenas com a defesa dos interesses do lucro fácil e imediato e com a repressão dos direitos dos trabalhadores. Este poderoso movimento de controlo popular vem dar razão afinal aos analistas políticos que vinham ultimamente constatando que a única alternativa possível para o poder fascista estava na construção do poder socialista, do poder dos trabalhadores. Mas, precisamente porque vem ferir no seu coração o poder da burguesia, tal movimento terá de ser extremamente bem organizado, para sítar a qualquer reacção que a burguesia não deixará de lançar. Para tal, importa que se aperfeiçoe a sua articulação com as organizações políticas que se encontram ao seu serviço. É toda a problemática teórico-política duma via portuguesa para o socialismo que se encontra desde logo posta. É necessário repensar uma estratégia de alianças, por um lado, e definir as linhas dum socialismo democrático e aberto

a progressivas experiências de autogestão, por outro lado. Sem esquecer, nunca, a necessidade de manter uma estreita unidade com as Forças Armadas. É de facto urgente que estas estejam no povo "como o peixe na água". Daí a extrema importância do esclarecimento político junto dos soldados e dos marinheiros, dos cabos, furriéis e sargentos, dos oficiais milicianos e de carreira. É igualmente da democratização interna das Forças Armadas.

A GEOPOLÍTICA

Uma última questão deve ser ponderada no contexto desta problemática: a influência do factor geopolítico na evolução que se está a operar. Até que ponto é que o imperialismo ocidental conseguirá frustrar a tentativa de construção de um poder socialista em Portugal? Até que ponto é que uma evolução no sentido socialista na Europa Ocidental poderá contrabalançar a influência negativa do imperialismo?

Aqui fica, pois, um breve enunciado das questões que me parecem mais importantes neste momento. O desenvolvimento duma reflexão teórico-política sobre elas torna-se decisiva para a fundamentação duma estratégia adequada e eficaz que permita a construção segura do poder socialista neste Portugal enfim libertado do fascismo.



"AVRIL AU PORTUGAL..."

por PEDRO DA SILVEIRA

Uns dez dias antes de 25 de Abril, o sr. César Moreira Baptista reapareceu no ecraninho da TV. Do alto da sua baixeza, naquele muito dele característico estilo de papagaio faladeiro (que talvez daria, numa sociedade bem organizada, se tanto um mediocre recepcionista de pensão), pôs-se a dizer coisas sobre o 16 de Março. Como palavra puxa palavra, e ele a tem fácil, ei-lo mergulha na sua mocidade e planta-se, estudante de Direito, em Abril de 1931. Aí, evocou a revolução dos Açores, Madeira e Guiné, e, como não podia deixar de ser, lá vieram as "biscas" soezes directamente arranhando os povos insulares então rebelados, com alguns metropolitanos, contra a ditadura. Irresponsáveis, foi o mínimo que chamou aos vencidos de há 43 anos (como aos de 16 de Março). E, claro é, nem lhe faltaram ao discurso as inverdades históricas — de resto tão cabíveis e naturais na sua boca quanto nas dos outros dois formosos mancebos que ultimamente de tantos em tantos dias oravam política naquela tribuna: os srs. Barradas de Oliveira e Dutra Faria.

Mas não vale a pena repetir o que ouvi, que muitos outros também ouviram. Até porque, no caso, a César o que, por Moreira vomitado, de Baptista fica. Quero, tão-só, notar que o dito prócere do fascismo português está, no momento em que isto escrevo, numa das tais ilhas atlânticas — a da Madeira — que em 1931 se levantaram, exército e povo, pela restauração da democracia na República Portuguesa. Está na Madeira, dizia eu — mas (e disto me nasce o espanto e se faz ndusea), não está lá como preso!

Não, senhores! César, na Madeira, com casa posta no palácio de S. Lourenço, passeia-se, faz de Onassis turista, e com ele o sr. Silva Cunha, se calhar, a estas horas, também os igualmente lá apalaçados sr. Rodrigues Tomás e sr. Marcelo Caetano. Assim mesmo, sem tirar nem pôr!

E o espanto é tanto maior, e vai crescendo, porque ainda não houve (ou não me chegou notícia de que houvesse) um madeirense que, sentindo suja, insultada a sua ilha com a presença de tais "hóspedes", passasse às vias do protesto ou até — e era

natural — às de facto: com um par de bofetadas.

Francamente, não compreendo; e não consigo arrumar o que se passa na prateleira só do civismo, da boa educação.

A Madeira é, como se sabe, uma ilha cuja economia se fundamenta em boa parte no turismo. Porém, lá como em todas as terras onde o turismo ajuda à vida do povo da terra, há hóspedes (turistas ou não) desejáveis e hóspedes... de todo indesejáveis. Enfim, e sem mais gasto de frases, por que razão hão-de estar os pides (afinal instrumentos — embora não irresponsáveis, devo acrescentar) nas cadeias de Caxias e Peniche, ou destinados a lá irem ter, enquanto os outros (seus mandantes) gozam palácio e passeios?

Não entendo, não posso entender. E, não entendendo, lembro o ditado (que com ter passado à Madeira e aos Açores não deixou de ficar em Portugal!): Quem ao seu inimigo poupa...

O Chile é um exemplo bem recente.

Menos dias há, dois ou três após 25 de Abril, não faltou quem viesse, absurdamente inconsciente (ou com fingida inocência?), levantar nos jornais a lebre-sugestão de o sr. Veiga Simão dever continuar à frente do Ministério da Educação. Segundo os sugerentes, o dito sr. Simão tem prestado altos serviços ao país, e seria grande perda não continuar a prestá-los. A nação parece (ou fingem?) pensar, tem ainda muitíssimo a esperar daquela luminosa cerebração fabricada lá onde também os Varelas e quejandqs.

É bonito, até comovente!

Na verdade, Portugal deve ao sr. Veiga Simão assinaláveis obras públicas, das quais segue uma breve amostra.

Sob a gerência educacional do dito sr. Simão deram entrada no corpo para-docente das universidades portuguesas uns pedagogos oficialmente ditos "vigilantes" e a que os estudantes, com vocabulário mais adequado, crismaram de "gorilas". É bem conhecido que, onde quer que os colocaram, logo desenvolveram uma actividade verdadeiramente à altura das nossas tradições de país defensor número

um da Civilização Ocidental e Cristã.

... Mas, contrariando o que acabo de dizer, dirão os panegiristas do sr. Simão que não foi ele, e sim o sr. Caetano ou então o brilhantado sr. César.

Talvez tenham razão, admito. Porém ele consentiu, não se despediu do lugar.

Sob essa admirável gerência educacional, nunca assaz cantada, foram escolhidos para directores de faculdades e institutos em Lisboa, em Coimbra e no Porto — não falando já dos magníficos reitores! — uns profs. cuja real vocação era (e ficou bem manifesta) de polícias.

Será que não foi ele quem os nomeou e os instruiu no que lhes incumbia fazer?

Pois admitamos que não. Mas demitiu-se da comedoria?

Ainda sob a extraordinária gerência educacional do sr. Simão foi assassinado, numa das escolas superiores de Lisboa, por um pido (impunemente!), o estudante Ribeiro Santos.

Não foi certamente o sr. Simão quem mandou matar. Mas, se ele de facto fosse o manso cordeiro de utilíssima milagrosa lá que se apregoa, não é verdade que acto contínuo se retiraria, lavrando, como lhe fosse possível, aqui ou fora de Portugal, o seu protesto?

Não! O sr. Simão manteve-se onde estava... prestantíssimo.

Por favor, senhores! Não nos passem, inocentemente, certificados de imbecis.

Acham, como eu acho, que o actual substituto (a título provisório — mas preparando currículo de adesivo), o sr. Alberto Machado, não é cristal melhor que o sr. Simão e que, posto no lugar dele, teria feito o mesmo triste papel de farsante?

Claro que o não dizem, porque tudo na vida está em saber viver a favor de ventos e marés.

Do presente como dos 48 anos que findaram em 25 de Abril não posso pôr aqui senão um quase nada. A matéria-crime historiável, e a pedir punições, não cabe num simples artigo — o primeiro que escrevo sem ter que pensar nos Páscoas vários da rua das Gáveas e doutras ruas ou becos por esse país fora.

Por exemplo, gostaria de dizer já, como açoriano, dos naturais da minha pátria insular que lá, desde 5 de Maio de 1929 (José Augusto da Costa Solema, de 19 anos, na Horta), foram assassinados pelos capangas do "Estado Novo". Fica, já, a promessa de que o hei-de dizer, recorrendo à memória e aos documentos — que os há!

Agora, limito-me a um reparo — de leitor dos nossos jornais, finalmente feitos sem censor no pensamento de quem os faz. E é como segue.

Pegando no Diário de Lisboa de hoje (30 de Abril), entre outras topo uma pequena notícia dando conta de terem seguido para a Madeira, num avião militar (e não da TAP, pagando passagem como quaisquer cidadãos comuns!), a mulher e a filha do

sr. Rodrigues Tomás mais a filha do sr. Caetano. Nomeando-as (aqui o meu reparo), o redactor tratou-as por a Gertrudes, a Natália e a Ana Maria — como se faz ao dar notícia de feitorias de "sovaqueiras".

Francamente, a mim não me agrada isto. O correcto seria não nomear, ou nomear como se deve a qualquer homem ou mulher.

Do sr. Tomás (Thomaz é grafia de plebeu envergonhado), o cúmplice do ladravaz Tenreiro em suas malas-artes do pescado, réu máximo vivo de muita coisa a ir esclarecendo, vá-se dizendo, embora nos limites estritos da verdade.

Do sr. Marcelo Caetano (sem os dois ll, que contra a lei usava), diga-se também. Por exemplo que, se o seu antecessor era um

exímio corruptor, ele o sobrelevava, pois o era e corrupto também — através do escritório dos pareceres, hoje gerido in nomine por um seu filho e tendo como imediatos executantes de rabulices os srs. Júlio Evangelista e João Bosco Amaral (da Opus Dei e "itetista").

Mas, quanto aos outros, às mulheres da notícia, não empreguemos, nem nesta hora de euforia, a linguagem que foi a própria do Diário da Manhã e da sua sucessora Época — ora virada do avesso, estilo Reboredo, em A Época...

Em tudo há limites, para além dos quais não se passa sem o risco de se ser uma figuração de outras moscas chupando na mesma hosta fedorenta.

PROCESSO EXEMPLAR

por ADELINO GOMES

Cada hora, depois do dia 25, parece trazer-nos o acontecimento. Assim foi, claro, para aqueles que acompanharam a coluna militar saída do Terreiro do Paço em direcção ao Carmo e tiveram a dita de viver o entusiasmo popular numa altura em que o governo fascista não estava ainda derrubado; os que assistiram aos momentos dramáticos do tiroteio da PIDE-DGS sobre os populares; os que estiveram com aqueles que não arredaram pé durante o bombardeamento (de aviso) sobre o quartel do Carmo; os que, horas mais tarde, participaram na primeira manifestação verdadeiramente livre dos últimos 48 anos. Mas logo a seguir houve quem visse intensamente as horas passadas em frente da prisão de Caxias, na expectativa da libertação daqueles que são o exemplo da resistência heróica do povo à noite escura do fascismo. E pensaram que nada de mais belo podia acontecer. Iámos saboreando todos esses momentos como se cada um deles fosse o último. Era tão difícil, assim de repente, acreditar no que vivíamos!

Chegou depois Mário Soares e a seu lado, numa das janelas de Santa Apolónia, pudemos ver dois homens que algumas horas antes estavam presos no forte de Caxias: Hermínio da Palma Inácio e Dias Lourenço. E no dia seguinte começou a correr a notícia do regresso de Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista

Português! Seria possível? E vieram os momentos inesquecíveis, inacreditáveis, vividos no aeroporto a olhar, sem ter a certeza do que os olhos viam, Álvaro Cunhal em cima numa viatura militar a ser aclamado pelo povo e a fazer declarações à Imprensa, Rádio e Televisão.

Imprensa, Rádio e Televisão: pela primeira vez desde há 48 anos os jornalistas escrevem o que vêem, os repórteres falam do que verdadeiramente se passa, as câmaras da RTP filmam os acontecimentos que realmente interessam ao povo português. Mas deste entusiasmo, desta alegria, desta finalmente liberdade que os jornalistas sentem e praticam, queria salientar, como o primeiro passo importante e decisivo dado na direcção da conquista da liberdade de imprensa e informação e da participação activa dos trabalhadores na direcção das empresas, a gesta dos trabalhadores da Rádio Renascença (locutores, noticiários, técnicos, administrativos e telefonistas) que iniciaram a primeira greve da radiodifusão portuguesa. Sujeitos a censura interna pela antiga administração e ameaçados de despedimento alguns dos elementos mais combativos, os trabalhadores da Rádio Renascença suspenderam a emissão no dia 30 à tarde, ocuparam os estúdios da estação e difundiram um comunicado no qual reivindicavam, entre outras justas aspirações, a constituição dum conselho de programas

com funções deliberativas formado por profissionais de rádio da estação e exigiam a abolição de facto da censura interna. Já no dia 1 de Maio, a festa dos trabalhadores que os trabalhadores portugueses não podiam comemorar, foram nomeados os membros do conselho, substituída a administração por dois elementos da confiança dos trabalhadores e readmitidos os funcionários despedidos por razões políticas. Na Rádio Renascença (estação que esteve sempre na vanguarda da rádio feita em Portugal) iniciava-se a primeira experiência de autogestão dos trabalhadores portugueses. Não será exagerado que eu, trabalhador da rádio promovido a crítico pela proibição da ex-SEIT e da administração da Rádio Renascença de exercer a minha profissão, considere ter sido este o momento mais belo (e politicamente mais importante) que em Portugal vivemos desde a queda do regime fascista em 25 de Abril. O carácter exemplar deste processo e a discussão sobre a amplitude do papel dos jornalistas na definição da política informativa das empresas privadas (matéria importantíssima acerca da qual parece haver ainda dúvidas a eliminar) reservá-los-ei para futuros artigos, libertos enfim das garras omnipotentes da censura fascista.

25 DE ABRIL: FACTOR DECISIVO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

por ULIANO DO NASCIMENTO

A ECONOMIA FASCISTA SERVE E ALIMENTA-SE DA DESIGUALDADE

Um misto de feudalismo rural e de capitalismo urbano voltado para as colónias reinou neste País, contra tudo e contra todos, discricionariamente, à vontade, desde 1926 a 1974, ininterruptamente.

A sociedade portuguesa foi asfixiada, em silêncio, no decurso deste longo período, com benefício exclusivo duma subclasse (tanto quantitativa como qualitativamente), com o domínio total e sistemático sobre todas as actividades económicas e para-económicas portuguesas, durante o qual:

a) agravou-se o fenómeno agrário em todos os aspectos decisivos para o desenvolvimento económico;

b) fomentou-se o monopólio a dimensões escandalosas;

c) os bancos cresceram como em nenhum outro país da Europa;

d) soltou-se a alta burocracia na especulação;

e) a Administração Pública foi condenada ao parasitismo e à esmola.

Os "lucros fabulosos" arrecadados pelas grandes empresas contrastavam, chocantemente, com a magreza dos salários. O valor do trabalho era subtraído sem clemência para alimentar o luxo ostensivo, o ócio dessa pequena sociedade privilegiada e o esplendor de certas riquezas improdutivas.

As chamadas benfeitorias públicas e de ostentação serviam principalmente essa subclasse no poder, fascista. Julgava-se então que a inauguração dum chafariz era tudo para satisfazer as necessidades públicas regionais. No plano cultural, o magistério afundou-se e o ensino acabou sob o controlo da PIDE, enquanto a saúde pública foi votada ao mais triste abandono.

O trabalho, esse, foi regulado e atado de pés e mãos ao Estatuto do Trabalho Nacional, versão portuguesa da "Carta del Lavoro" da Itália fascista. Os sindicatos surgiram como autênticos órgãos disciplinares do trabalho que, apoiados na repressão policial, dispoem de toda a impunidade, serviam quase sempre docilmente o capital, em particular o capital lucrativo. O trabalhador ficou, assim, impossibilitado de utilizar a sua grande arma, o direito à greve.

Neste quadro, com o crescimento demográfico e o subdesenvolvimento, Portugal encheu-se de desempregados e

subempregados, do que resultou a fixação de salários a níveis de fome, o que, posteriormente, provocaria a inevitável emigração maciça do nosso trabalhador.

Este problema da emigração, um dos maiores da nossa actualidade, tanto pelas suas tristes causas como pelos seus desastrosos efeitos, destruiu a estrutura da população activa portuguesa e amputou a nação duma boa parte dos seus melhores filhos.

Um milhão de portugueses foi compelido a abandonar a sua Pátria, as suas famílias, para ganhar o "pão de cada dia" lá fora, em vida dura, sacrificando tudo, arriscando tudo, para poder viver ou, pelo menos, poder viver com esperança.

Vida e esperança que lhe foram violentamente negadas na sua pátria. Pátria que foi presa absoluta da sistemática voragem e da tirania mais pérfida da história portuguesa, as quais traziam no seu bojo a corrupção, o parasitismo e a mediocridade.

A lavoura, por outro lado, foi abandonada, apesar dos sucessivos planos de fomento se proporem salvá-la. Novas áreas de interesse e a cidade, aceleraram o absentismo. Os pequenos e médios agricultores, com o crescer das famílias, menos resistentes, empobreceram com o esgotamento e o parcelamento das terras, gerando o minifúndio. O latifúndio, por outro lado, nutriu-se em grandes proporções, sobretudo em terras de Ribatejo e Alentejo. Ambos os fenómenos identificados, e medidos desde há muito, são um sério obstáculo ao desenvolvimento económico do País.

Na área industrial, o processo de desnacionalização é progressivo. Um misto de unidades fabris tradicionais, atrofiadas, e de algumas outras modernas, revelam nítida influência do capital estrangeiro e (ou) dos centros de decisão estrangeiros. E porque os níveis de industrialização do País e tecnológico são ainda bastante baixos, a indústria, fortemente protegida por uma política aduaneira comprometida, não se encontra em condições de se confrontar com a concorrência que se pratica nos países membros do Mercado Comum, apesar de meio século de "eficiente, dinâmica e, sobretudo, sábia administração". Tal situação impediu e impedirá Portugal de poder ingressar, nos tempos mais próximos, naquela zona.

O proclamado crescimento económico fascista, por ser alimentado e servir desigualdades, não têm nada de comum com o desenvolvimento sócio-económico, como

equivocamente se pretendeu que fosse; foi, sim, resultado de injeções de hormonas económicas, amassadas, com milagres de paraíso, com o suor, sangue e a saudade do emigrante e com a ganância e a segurança do capital estrangeiro, ou seja através do turismo, remessas de emigrantes e empréstimos e (ou) investimentos estrangeiros.

E enquanto isto sucedia, quase em termos sincronizados, o grande capital português, inseguro como se sentia, evitava a área nacional, buscando outras regiões para diversificar geograficamente o investimento do seu capital e a segurança dele; aqui e ali, onde julgava poder manter-se, independentemente das contas pessoais, depósitos cifrados na banca suíça e (ou) nos E. U. A.

A balança comercial, cronicamente deficitária, em que as importações de bens consumptivos e de luxo saltam à vista provocadoramente, revela o carácter parasitário da economia portuguesa e, sobretudo, o seu vínculo aos interesses da classe dominante.

Finalmente, as colónias, a motivação próxima deste grande acontecimento histórico, fonte de fetiches e de delírios de grandeza, que davam aos governantes fascistas a sensação da glória de se sentirem senhores dum império, foram a grande causa, historicamente comprovada, que conduziu a economia produtiva metropolitana à estagnação e ao parasitismo.

As potencialidades e a abundância existentes nas colónias portuguesas do Oriente, em África e no Brasil, perturbaram a mente de muitos portugueses, que não se aperceberam de que a posse desses territórios seria transitória e correspondia a uma época histórica, e que, por isso, mais tarde ou mais cedo, deveriam ser restituídos aos seus legítimos proprietários.

Já no final do regime fascista, nos seus últimos cinco anos, irrompeu inotundido o fenómeno da inflação, declarada primeiramente, mas depois tomando características duma inflação acelerada, com todos os seus efeitos corrosivos. Esta inflação constitui o último acto da grande pilhagem sobre a nação, por intermédio da qual o domínio económico fascista concretiza definitivamente a concentração económica em limites nunca antes alcançados, eliminando o que restava de concorrentes menos resistentes e à custa das já sacrificadas remunerações de trabalho, cujo valor real não deixaria de contrair-se cada vez mais.

PARA UM MELHOR QUALIDADE DE VIDA DO POVO PORTUGUÊS

No campo económico, este é, em linhas muito gerais, o balanço negro deixado pelo regime fascista, completamente divorciado do Povo Português.

A descrição dos resultados apresenta-se aqui, por necessidade, super-simplificada, mas suficientemente esclarecedora para se concluir que a tarefa da revisão e da desmontagem desta máquina fascista será uma pesada e muito responsável tarefa para todos nós e, em particular, para os próximos governos, uma vez que as deformações e os vícios encontrados são enormes e os interesses económicos e de domínio adquiridos, em jogo, são demasiado fortes para que o processo de transformação decorra facilmente.

Imediatamente, há muita emoção no ar. De todos os modos, uma emoção que já está a operar em termos políticos. O primeiro de Maio foi a mais bela Festa Nacional que ocorreu no país nos últimos 50 anos. Transformou-se afinal numa grande exibição de poder do Povo Português.

O processo político é, neste período, o que importa sobremaneira realizar, porque nele se encontra o mais forte elemento, o factor dinâmico que arrancará o País para o desenvolvimento económico. Será a abertura para o Povo Português participar, de facto, na vida nacional.

Para já, a orientação está dada e consta do Programa do Movimento das Forças Armadas, de acordo com o qual se vão processar as decisões governamentais, nesta

fase de transição, e também a vida económica nacional.

O programa do Movimento das Forças Armadas, diz o seguinte no âmbito económico: a) "Uma nova política posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista", e b) "Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade da vida de todos os portugueses".

Paz e desenvolvimento económico são, pois, em síntese, os dois grandes objectivos da proclamação do Movimento das Forças Armadas, o que implicará decerto melhoria na qualidade de vida da população portuguesa. Qualidade de vida que a demagógica política fascista enganava, sem qualquer espécie de pudor, através dos proclamados indicadores económicos do crescimento (PNB, PIB, FBC, etc...), enganando o público sobre a natureza desse crescimento global, como se se tratasse, porventura, de autêntico desenvolvimento sócio-económico com a preocupação posta nos níveis de custo de vida, segurança social, com incidência particular na distribuição dos rendimentos e da riqueza nacionais, no quadro da orientação agora determinada no referido Programa das Forças Armadas.

O desenvolvimento económico dum país é produto dum constelação de factores que se processam dentro e fora do contexto

económico, directa e indirectamente: um conjunto de forças, em equilíbrio, dependendo umas das outras, dentro do eco-sistema social, definido este por um certo modo de funcionamento. Tal situação, é óbvio, aconselha que numa análise económica ou numa avaliação de conjuntura não se deve isolar (no espaço e no tempo) o mundo económico do social e do político.

Reconhecida esta dependência entre as forças económicas, sociais e políticas, e sabido que o governo fascista derrubado forçou todo o mecanismo social em benefício dum minoria privilegiada, com o concomitante subdesenvolvimento económico nacional, a queda do fascismo agora forçada por acção militar e política com a adesão, praticamente, da totalidade do Povo, vai criar condições únicas para promover definitivamente o desenvolvimento económico do País.

A ditadura fascista em Portugal era o único e sério obstáculo ao arranque desse processo de desenvolvimento.

Nas minhas missões por esse mundo fora, como técnico em matéria de desenvolvimento económico, as experiências colhidas em tantas situações diferentes, sempre observei esta permanente determinante: não há desenvolvimento sócio-económico enquanto existirem situações de domínio, marginando populações, e a apropriação da riqueza e dos rendimentos se concentre substancialmente nas mãos dum minoria. Estou em crer que o 25 de Abril será, pois, para Portugal, o "abre-te Sésamo" que permitirá criar condições seguras de desenvolvimento económico e progresso social para a Nação.

ÚLTIMAS HORAS EM CAXIAS

Pede-me a "Seara", pela primeira vez, um escrito que não é da minha competência. Seria ele um pequeno depoimento sobre as últimas horas na cadeia de Caxias com os outros presos políticos libertados pelo Movimento das Forças Armadas.

A verdade é que não reconheceria impressa a emoção sentida. Para a transmitir teria de a pensar. E não posso. Vou-a descarregando aos poucos, ao lado de todos os que a viveram e a sentiram, dentro e fora das prisões fascistas.

Muito mais que os momentos de regozijo indescrevível, recordo como batia a porta da cela de interrogatórios quando a fechavam aqueles que queriam forçar-me com a certeza (a certeza deles!) de que não havia ali outro caminho senão o desespero de abdicar da melhor razão para viver.

É a cadeia da Pide, são os pides que eu recordo. A necessidade irrecusável de enfrentar os perigos (que se concretizavam

— para prosseguirem — precisamente na noite de 24 para 25 de Abril) não deixava muito lugar para a esperança de que a libertação fosse possível assim.

A realidade que se precisava e crescia com as vozes e os gestos fora de cadeia recuava diante da outra que vivia comigo há nove dias no isolamento, nos corredores e nas celas de interrogatório. Por isso, a sensação de liberdade e senti mais com os outros, na fraternidade de um momento que não se repetirá. Por isso, falar por mim, dos últimos dias de cadeia, seria tão absurdo como contar o que "senti" quando vim a este mundo.

Os depoimentos sobre os dias 25 e 26 de Abril na cadeia da PIDE nunca serão demais. Os pormenores mais importantes já os conhecem todos, porque todos afinal os viveram, de perto ou de longe. Mas devem ser sublinhados a tinta fresca e comentados pelo que significam como prova, como uma

das provas mais fiéis da força imbatível dos trabalhadores portugueses. Integrado ou não nas Forças Armadas, o povo afirmou novamente e de modo bem claro que os 48 anos de fascismo (e deles se manterá a lembrança para que a vigilância não se esbata) nunca separaram os trabalhadores daqueles seus filhos e quem a ferocidade da repressão nunca abateu o ânimo de prosseguir, a coragem e a certeza de vencer.

Homens como Dias Lourenço, José Magro, Rogério de Carvalho, libertados depois de passarem grande parte das suas vidas de militantes nas prisões fascistas, é que fazem e farão esse depoimento. Mesmo que o não publiquem, todos os trabalhadores deste país entenderão bem fundo o que representaram para nós esses dois dias de Abril.

ARQUIVO

OS DOCUMENTOS QUE A SEGUIR REPRODUZIMOS PODERÃO SEM EXAGERO CONSIDERAR-SE HISTÓRICOS: ALÉM DO PROGRAMA DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS, ELAS INCLUEM AS PRIMEIRAS TOMADAS DE POSIÇÃO SIGNIFICATIVAS DAS PRINCIPAIS FORÇAS POLÍTICAS DE ESQUERDA PERANTE AS PERSPECTIVAS ABERTAS PELO 25 DE ABRIL.

PROGRAMA DO M.F.A.

Considerando que, ao fim de 13 anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos.

Considerando que a definição daquela política só é possível com o saneamento da actual política interna e das suas instituições, tornando-as, pela via democrática, indiscutidas representantes do povo português. Considerando ainda que a substituição do seu sistema político vigente terá de processar-se sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar da Nação, o Movimento das Forças Armadas Portuguesas, na profunda convicção de que interpreta as aspirações e interesses da esmagadora maioria do povo português e de que a sua acção se justifica plenamente em nome da salvação da Pátria, e, fazendo uso da força que lhe é conferida pela Nação através dos seus soldados, proclama e compromete-se a garantir a adopção das seguintes medidas, plataforma que entende necessária para a resolução da grande crise nacional que Portugal atravessa.

A) MEDIDAS IMEDIATAS

1 — Exercício do poder político por uma Junta de Salvação Nacional até à formação, a curto prazo, de um Governo Provisório civil. A escolha do presidente e vice-presidente será feita pela própria Junta.

2 — A Junta de Salvação Nacional decretará:

a) a destituição imediata do Presidente da República e do actual Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, medidas que serão acompanhadas do anúncio público da convocação, no prazo de 12 meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto, segundo lei eleitoral, a elaborar pelo futuro Governo Provisório;

b) a destituição de todos os governadores civis no continente, governadores dos distritos autónomos nas ilhas adjacentes e governadores-gerais nas províncias ultramarinas, bem como a extinção da Acção Nacional Popular.

1 — Os governos-gerais das províncias ultramarinas serão imediatamente assumidos pelos respectivos secretários-gerais, investidos nas funções de encarregado do governo até nomeação do novo governador-geral pelo Governo Provisório.

2 — Os assuntos decorrentes dos governos civis serão despachados pelos respectivos substitutos legais, enquanto não forem nomeados novos governadores pelo Governo provisório.

c) a extinção imediata da D. G. S., Legião Portuguesa e organizações políticas de juventude. No Ultramar, a D. G. S. será reestruturada e saneada, organizando-se como polícia de informação militar enquanto as operações militares o exigirem;

d) a entrega às Forças Armadas dos

indivíduos culpados de crime contra a ordem política instaurada, enquanto durar o período de vigência da Junta Nacional de Salvação Nacional, para instrução de processo e julgamento;

e) medidas que permitam uma vigilância e um "controle" rigorosos de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro;

f) a amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns, os quais serão entregues ao foro respectivo, e reintegração voluntária dos servidores do Estado destituídos por motivos políticos;

g) a abolição da censura e exame prévio.

1 — Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar o segredo dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão "ad hoc", para "controle" da Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema, de carácter transitório, directamente dependentes da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema pelo futuro Governo Provisório.

h) medidas para a reorganização e saneamento das Forças Armadas e Militarizadas, G. N. R., P. S. P., Guarda Fiscal, etc.

i) o "contrôle" de fronteiras será das atribuições das Forças Armadas e

Militarizadas, enquanto não for criado um serviço próprio;

j) medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e a especulação.

B) MEDIDAS A CURTO PRAZO

1 — No prazo máximo de três semanas após a conquista do poder, a Junta de Salvação Nacional escolherá, de entre os seus membros, o que exercerá as funções de presidente da República Portuguesa, que manterá poderes semelhantes aos previstos na actual Constituição.

a) os restantes membros da Junta de Salvação Nacional assumirão as funções de chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, chefe do Estado-Maior da Armada, chefe do Estado-Maior do Exército e chefe do Estado-Maior da Força Aérea e farão parte do Conselho de Estado.

2 — Após assumir as suas funções o Presidente da República nomeará o Governo Provisório civil, que será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa.

3 — Durante o período de excepção do Governo Provisório, imposto pela necessidade histórica de transformação política, manter-se-á a Junta de Salvação Nacional, para salvaguarda dos objectivos aqui proclamados.

a) o período de excepção terminará logo que, de acordo com a nova Constituição Política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa.

4 — O Governo Provisório governará por decretos-leis que obedecerão obrigatoriamente ao espírito da presente proclamação.

5 — O Governo Provisório, tendo em atenção que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte,

obrigar-se-á a promover imediatamente:

a) a aplicação de medidas que garantam o exercício formal da acção do Governo e o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos;

b) a liberdade de reunião e de associação. Em aplicação deste princípio, será permitida a formação de associações políticas, possíveis embriões de futuros partidos políticos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará o seu exercício;

c) a liberdade de expressão e pensamento, sob qualquer forma;

d) a promulgação de uma nova lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema;

e) medidas e disposições tendentes a assegurar, a curto prazo, a independência e a dignificação do poder judicial.

1 — A extinção dos tribunais especiais e dignificação do processo penal em todas as suas fases.

2 — Os crimes cometidos contra o Estado, no novo regime, serão instruídos por juízes de Direito e julgados em tribunais ordinários, sendo dadas todas as garantias aos arguidos. As averiguações serão cometidas à Polícia Judiciária.

6 — O Governo Provisório lançará os fundamentos de:

a) uma nova política económica posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista;

b) uma nova política social, que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses.

7 — O Governo Provisório orientar-se-á,

em matéria de política externa, pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais, com base na amizade e cooperação.

a) O Governo Provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor.

8 — A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar;

b) criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;

c) lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

C) CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 — Logo que eleitos pela Nação a Assembleia Nacional Constituinte e o novo Presidente da República; será dissolvida a Junta de Salvação Nacional e a acção das Forças Armadas será restringida à sua missão específica de defesa externa da soberania nacional.

2 — O Movimento das Forças Armadas, convicto de que os princípios, os objectivos aqui proclamados traduzem um compromisso assumido perante o País e são imperativos para servir os superiores interesses da Nação, dirige a todos os portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e exorta-os a garantirem, pelo seu trabalho e convivência pacífica, qualquer que seja a posição social que ocupem, as condições necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as nações.

PARTIDO COMUNISTA

"1. O movimento militar que, no dia 25 de Abril, depôs Américo Tomás e o governo de Marcelo Caetano, marca uma viragem na situação política portuguesa. O golpe militar culmina o agravamento da crise do regime, de que foram factores determinantes as contradições e dificuldades internas, a luta do povo português e dos povos submetidos ao colonialismo português e a condenação e isolamento internacionais da política do governo. O golpe militar é, ao mesmo tempo, a expressão da adesão de parte importante das Forças Armadas às reclamações democráticas fundamentais do povo português. Abrem-se reais perspectivas para que, num curto prazo, seja liquidada a ditadura fascista, seja posto fim à guerra colonial e seja instaurado em Portugal um regime democrático.

O P.C.P. saúda calorosamente todos os militares que, no vitorioso Movimento das Forças Armadas, agiram e agem com a firme determinação de que estes objectivos sejam plenamente alcançados.

2. O governo foi deposto, mas o regime fascista não foi ainda completamente destruído. Continuam de pé muitas das suas instituições e instrumentos. As liberdades não foram ainda instauradas. Existe o perigo de um contragolpe dos elementos mais reaccionários. É urgente, por um lado, a liquidação do Estado fascista e dos ninhos e forças de conspiração contra-revolucionária, e, por outro lado, a participação das forças democráticas e das massas populares na vida política e na obra de renovação necessária e possível no momento presente.

A completa dissolução da PIDE-DGS e de todas as suas estruturas, a amnistia, a libertação dos presos políticos e o regresso dos exilados, a permissão imediata da livre actuação do movimento democrático, contam-se entre as provas imediatas das reais intenções da Junta de Salvação Nacional e do seu propósito de pôr fim completo ao regime fascista e de cumprir o mandato que lhe foi confiado pelo Movimento das Forças Armadas.

O P. C. P. declara solenemente que apoiará activamente como vitórias da luta popular todas as medidas concretas tomadas para a liquidação do fascismo e a real democratização da vida política portuguesa.

3. O Movimento das Forças Armadas proclamou na manhã do dia 25 e a Junta Militar confirmou na sua proclamação da noite de 25 para 26 ser seu propósito a instauração das liberdades democráticas e a realização de eleições livres. Trata-se de objectivos fundamentais, por que lutaram sempre, sob a ditadura fascista, o P. C. P. e as forças democráticas e que têm o activo apoio das mais amplas massas populares. As promessas devem transformar-se rapidamente em actos. Alguns pensarão ainda ser possível substituir a ditadura fascista por uma ditadura militar. É necessário impedir que tal projecto possa ser levado por diante defraudando as esperanças do povo português e a vontade dos militares que corajosamente se levantaram para pôr fim ao fascismo e restituir ao povo português as liberdades de que foi privado ao longo de quase meio século de ditadura.

4. A guerra colonial tornou-se um dos problemas centrais da situação política portuguesa. Tratando-se de um problema que interessa toda a Nação, o primeiro passo é acabar de vez com a interdição do seu debate público e abrir a possibilidade real de que todos os portugueses possam expressar e defender livremente a sua opinião.

O P. C. P. insiste em que urge abrir negociações e pôr rapidamente fim à guerra colonial, no reconhecimento do direito à imediata e completa independência dos povos submetidos ao colonialismo português. Quaisquer projectos que visassem manter, sob novas formas, a dominação colonial portuguesa, não só não contribuiriam para a solução do problema, como conduziram inevitavelmente a um novo agravamento da situação económica, social e política em Portugal.

O povo português deve ser chamado a dizer a última palavra em relação à política a seguir num tão magno problema.

5. A realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte será um passo de capital importância para abrir um processo de transformações democráticas da sociedade portuguesa. Sob nenhum pretexto esse objectivo deve ser desvirtuado. É equívoca a proclamação da Junta ao anunciar, por um lado, eleições para uma Assembleia Constituinte e, por outro lado, a eleição do Presidente da República, dando portanto já como aprovada determinada disposição constitucional que só a Assembleia poderá vir a decidir.

Eleições livres terão de implicar uma lei eleitoral democrática, um recenseamento honesto controlado pelo povo, o direito de actuação dos partidos políticos, as liberdades de imprensa, de propagação e de reunião, e a fiscalização efectiva do acto eleitoral.

Na situação específica agora existente, a melhor garantia para a realização de eleições realmente livres seria a constituição de um governo provisório com a representação de todas as forças e sectores políticos democráticos e liberais. O P. C. P. declara-se pronto a assumir as responsabilidades respectivas.

6. O P. C. P. adverte contra quaisquer propósitos de discriminação anticomunista. Não pode haver liberdade em Portugal sem a legalidade do P. C. P., principal força na luta contra a ditadura fascista durante as dezenas de anos da sua existência, luta na qual os comunistas fizeram sacrifícios inigualados. Não podem tão-pouco realizar-se as profundas transformações democráticas da sociedade, que os problemas nacionais impõem, sem a activa participação do P. C. P., partido dos trabalhadores, o grande partido do movimento antifascista português. A legalidade do P. C. P. será o verdadeiro critério da instauração das liberdades democráticas em Portugal.

7. A liquidação da ditadura fascista, a instauração das liberdades, a realização de eleições verdadeiramente livres exigem que, neste momento crucial, a classe operária, as forças democráticas, a juventude, as massas populares, tomando por um lado uma atitude positiva em relação a quaisquer medidas da Junta militar que vão ao encontro das reclamações populares, desenvolvam por outro lado a mais ampla acção insistindo nas reclamações essenciais do movimento democrático.

É necessário mais que nunca reforçar a unidade na acção da

classe operária, das forças democráticas, da juventude, de todos os antifascistas e anticolonialistas portugueses. É também necessário e possível forjar uma sólida união entre as forças populares e os militares de sentimentos democráticos (oficiais, sargentos e soldados), que intervieram numerosos no movimento militar. Essa união será nas condições presentes uma das mais sólidas garantias da liquidação final do fascismo, da instauração de um regime democrático em Portugal, da paz, da defesa da independência nacional.

8. Fica assim claramente definida a posição do P. C. P. em relação ao Movimento militar de 25 de Abril, imediatamente após a proclamação à Nação da Junta de Salvação Nacional, feita pela R.T.P., na noite de 25 para 26.

Está ao alcance do povo português a liquidação da ditadura, o fim da guerra, a instauração de um regime democrático. Da unidade, da organização e da acção pronta e audaz de todos os democratas depende fundamentalmente que tais objectivos sejam alcançados.

26 de Abril de 1974

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português."

PARTIDO SOCIALISTA

"1 — O Partido Socialista, na primeira reunião do seu Conselho Directivo após o derrubamento do regime fascista que oprimia o povo português, realizada em Lisboa, em 27 e 28 de Abril, analisou a actual conjuntura política.

Essa reunião decorreu com a participação de membros do interior, a que se juntaram os do exterior hoje regressados do exílio.

O Partido Socialista é a associação política dos portugueses que procuram na democracia socialista a solução dos problemas nacionais e a resposta às exigências históricas do nosso tempo, conforme se enuncia na sua Declaração de Princípios, elaborada na clandestinidade a que a ditadura o condenou, como às demais organizações democráticas, e que se anexa a este comunicado.

Deliberou o Conselho Directivo, em confirmação de deliberação já anteriormente tomada, por considerar que o programa do Movimento das Forças Armadas publicamente divulgado e o compromisso tomado perante ele pela Junta de Salvação Nacional garantem uma via para o restabelecimento da democracia em Portugal, emergir dessa clandestinidade, para aparecer claramente à luz do dia, a fazer ouvir a sua voz e a dar a sua colaboração e a das massas populares e trabalhadoras que o apoiam na solução dos problemas da nação portuguesa.

2 — O Partido Socialista, consciente das suas responsabilidades, solidariza-se com a luta do Povo Português e saúde o Movimento das Forças Armadas e a Junta de Salvação Nacional, como expressão desse Movimento.

Considera que o cumprimento do programa do M. F. A., entendido como um conjunto de medidas que é indispensável levar à prática nesta fase de transição para a democracia, constitui um primeiro e importante passo na via que, sob o impulso da luta das classes trabalhadoras, há-de conduzir à instauração no nosso país de uma democracia socialista.

3 — O Partido Socialista define como objectivos mais urgentes da nação portuguesa, além dos que já constam do programa do M. F. M.:

a) O fim das guerras coloniais, com imediato cessar-fogo e abertura de negociações com o Estado da Guiné-Bissau e os movimentos de libertação de Angola e Moçambique, na base do reconhecimento do direito dos respectivos povos à autodeterminação e à independência;

b) Amnistia imediata para todos os que, por imperativos de consciência, se recusaram a prestar o serviço militar;

c) Libertação de todos os presos políticos nas colónias;

d) Direito de voto a partir dos 18 anos e para os emigrantes;

e) Eleições urgentes por sufrágio universal e democrático para as Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, como condição prévia de eleições para a Assembleia Constituinte;

f) Afastamento da vida política de todas as pessoas que têm sido a expressão do regime deposto e sua substituição por cidadãos fiéis ao programa do M. F. A.;

g) Luta contra o domínio dos monopólios, inteira liberdade de organização sindical e estudantil, acompanhada da liquidação do corporativismo;

h) Estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países.

4 — O Partido Socialista vai dar urgente e ampla divulgação ao seu programa, que será submetido ao Congresso, organismo supremo, a convocar, perante o qual todos os seus dirigentes deporão as funções que exercem, para que o Congresso decida em todas as matérias de orientação e organização. Até lá vai proceder a uma larga campanha de recrutamento e de ligação à classe operária, com a abertura de sedes públicas, publicação de imprensa própria, angariação de fundos, reforço orgânico e a realização de todas as demais tarefas prementes desta hora.

5 — Finalmente, o Conselho Directivo, na sua reunião, proclamou o firme propósito de prosseguir numa política de unidade ampla, pela participação franca e dedicada dos seus companheiros e amigos na C. D. E. e outras comissões do movimento democrático unitário, no movimento sindical, nas lutas dos trabalhadores e estudantes, no movimento cooperativo e na Liga dos Direitos do Homem.

Manifestou também o seu repúdio por qualquer tratamento preferencial, reivindicando como para si o pleno direito de todos os partidos democráticos e populares se organizarem e actuarem em condições de perfeita normalidade. Lisboa, 28 de Abril de 1974. — O CONSELHO DIRECTIVO."

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

1. O Partido Socialista é a associação política dos portugueses que procuram na democracia socialista a solução dos problemas nacionais e a resposta às exigências históricas do nosso tempo.

2. O Partido Socialista tem por objectivo a edificação em Portugal de uma sociedade sem classes, em que os trabalhadores serão produtores associados, o poder, expressão da vontade popular e a cultura, obra da capacidade criadora de todos; entende o Partido Socialista que essa finalidade, implicando uma nova concepção de vida, só pode ser alcançada mediante a construção do poder dos trabalhadores, no quadro da colectivização dos meios de produção e distribuição e do planeamento económico com pluralidade de iniciativas.

Sem excluir o que a democracia burguesa trouxe de progressivo — legado que aliás a burguesia hoje renega —, o Partido Socialista luta pela edificação de uma nova sociedade que não tenha como fundamento o salariato e o lucro, a alienação do trabalho ou da consciência, o império das categorias jurídicas coercitivas, a exploração e a manipulação do homem pelo homem.

3. Herdeiro de toda uma tradição de luta das classes trabalhadoras pelo socialismo democrático, consubstanciado em diversas correntes que ao longo do último século têm combatido contra a opressão capitalista, o Partido Socialista propõe-se realizar a síntese das várias correntes que aspiram ao socialismo em liberdade. Tanto os que acentuam a necessidade de instituições que garantam o pluralismo político e ideológico, o exercício do poder por delegação representativa do sufrágio universal, a separação dos poderes, o controle do executivo pelo legislativo, como as que defendem a exigência da democracia local, da democracia directa na base, da iniciativa sindical, dos conselhos operários, do cooperativismo, da autogestão. O Partido Socialista entende, com efeito, que uma democracia de Estado sem democracia de base corre o risco de se afastar do Povo, e que

uma democracia de base sem democracia do Estado corre o risco de cair ou na inoperatividade ou no totalitarismo.

4. Sob o impacto da experiência internacional do socialismo e criticamente atento às suas lições, o Partido Socialista considera como inspiração teórica predominante o marxismo, permanentemente repensado como guia para a acção e nunca concebido como corpo dogmático, e reconhece a validade da contribuição dos cristãos empenhados na luta pelo socialismo.

5. Considerando a revolução socialista soviética como marco fundamental, e a importância das estruturas sociais realizadas na China, na Jugoslávia, em Cuba e no Vietname, entre outras, assim como a originalidade da experiência da Unidade Popular no Chile, o Partido Socialista propõe um socialismo que acolha e desenvolva o pluralismo, no respeito da dignidade do homem, na prática da livre crítica, no exercício da cidadania e na organização de um Estado de Direito. Entende que a caminhada para o socialismo comporta diversidade de vias, dependendo fundamentalmente das estruturas económico-sociais e políticas de que parte e das formas de mentalidade e características de civilização dos povos a que respeita. Inscrevendo-se contra os modelos burocráticos e totalitários que, por razões históricas e contraditoriamente à inspiração essencial do marxismo, o socialismo seguiu em certos países, o Partido Socialista propõe-se procurar, no debate das ideias e na acção popular e proletária, a via portuguesa para o socialismo em liberdade, aproveitando a experiência de outros povos e atendendo ao condicionalismo da Península Ibérica.

6. O Partido Socialista combate o sistema capitalista e a dominação burguesa. Recusa os métodos tecnocráticos e está certo de que, em parte alguma, o neocapitalismo conseguirá instaurar uma sociedade inspirada pelos ideais da igualdade social, antes vai agravando, sob formas insidiosas, a exploração do maior número pela minoria. O Partido Socialista repudia enganadoras miragens de sociedades que só formalmente se apresentam como democráticas, e se definem como sociedades de consumo quando na realidade reforçam a desigualdade entre os homens e frustram as suas mais legítimas aspirações, nem sequer oferecendo uma solução cabal ao problema da miséria mesmo em regiões altamente desenvolvidas no plano tecnológico.

7. O Partido Socialista repudia o caminho daqueles movimentos que, dizendo-se social-democratas ou até socialistas, acabam por conservar, deliberadamente ou de facto, as estruturas do capitalismo e servir os interesses do imperialismo.

8. Membro da Internacional Socialista, associação de partidos socialistas e social-democratas, sem poderes de interferência na definição da linha própria de cada partido membro, o Partido Socialista declara-se solidário de todas as forças que no mundo lutam pelo socialismo democrático, contra o capitalismo e o imperialismo.

A confiança que o Partido Socialista tem na solidariedade humana envolve todos os povos e, portanto, o Partido Socialista procura a colaboração de todos na luta pela construção da sociedade socialista universal, na luta pela paz e pela convivência entre as nações.

9. O Partido Socialista definindo-se como radicalmente anticolonialista, defende o direito à autodeterminação e à independência dos povos sob dominação colonial. Assim, denuncia como um dos mais graves crimes da ditadura fascista a política de exploração e de opressão dos povos das colónias portuguesas, responsável pela eclosão das guerras em Angola, Moçambique e Guiné. Perante uma tal situação, que se arrasta infundável, e que pode alargar-se ainda a outros territórios, o Partido Socialista preconiza a abertura imediata de negociações com os movimentos nacionalistas africanos, como meio de acabar com uma guerra profundamente injusta e opressora dos povos das colónias e que, ao mesmo tempo, sacrifica o Povo Português — e especialmente a juventude — para servir os interesses dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros.

10. O Partido Socialista segue atentamente e considera de grande importância as experiências dos Partidos Comunistas que

se propõem respeitar os valores do socialismo democrático assim como a contribuição trazida ao movimento socialista pelos sectores inovadores da Nova-Esquerda.

11. O Partido Socialista propõe-se desenvolver a luta das classes trabalhadoras pela sua própria emancipação e entende que lhe cumpre organizar para esse combate operários e empregados, camponeses e assalariados rurais, estudantes, pequenos empresários e quadros, professores e intelectuais, e todos aqueles que não dissociem os valores do progresso da luta coerente pelo socialismo.

12. Consciente de que o fascismo e o colonialismo são as formas mais opressivas e brutais que reveste o capitalismo, o Partido Socialista considera que, no momento actual da vida portuguesa, o combate antifascista e anticolonialista é condição da destruição da sociedade capitalista e da construção do socialismo. Esse combate, visando a eliminação dos suportes sociais do fascismo e do colonialismo, considera o Partido Socialista dever realizá-lo em unidade de acção com todas as outras forças que se reclamam dos mesmos objectivos.

13. O Partido Socialista é uma organização dirigida para a acção, essencialmente preocupada com a formação política das massas trabalhadoras e com a sua intervenção na vida do país. Rege-se por métodos democráticos e reconhece plena liberdade de crítica e de opinião aos seus militantes; estes, porém, comprometem-se a aplicar a orientação do partido e as decisões dos seus órgãos directivos, eleitos e controlados pela base.

14. O Partido Socialista não é uma organização secreta. É, pelo contrário, uma organização que aspira a uma vida legal feita inteiramente à luz da publicidade. No entanto, dadas as condições anormais da vida política portuguesa, a repressão policial e a ausência de garantias efectivas que protejam os cidadãos contra os abusos do poder, é uma organização que exige dos seus militantes o "sigilo", como forma de defesa contra as perseguições fascistas. A resistência à repressão policial, o não falar perante a polícia política, são títulos de honra e deveres indeclináveis de todos os militantes do Partido Socialista.

M. D. P.

"O Movimento Democrático Português manifesta ao Movimento das Forças Armadas e à Junta de Salvação Nacional por ele constituída o seu reconhecimento pela acção patriótica que derrubou o governo fascista de Marcelo Caetano.

O Movimento Democrático Português considera que o Programa do Movimento das Forças Armadas contém muitos pontos que coincidem com os objectivos do Movimento Democrático Português e correspondem a sentidas aspirações do Povo.

O Movimento Democrático Português considera possível e desejável a elaboração de uma plataforma comum de todos os patriotas civis ou fardados.

O Movimento Democrático Português considera que a sua cooperação com o Movimento das Forças Armadas é condição fundamental para a Salvação Nacional, objectivo comum de todos os patriotas que defendem os verdadeiros interesses do Povo Português.

Neste sentido, com a preocupação construtiva de diálogo e acerto de posições, o Movimento Democrático Português considera que:

- a) É imperioso acelerar a adopção de medidas conducentes à institucionalização de um regime democrático;
- b) É indispensável prosseguir e acelerar a desmontagem do regime fascista.

Assim, propõe:

1 — A constituição imediata do Governo Provisório Civil, previsto no programa, iniciando-se desde já para o efeito conversações entre a Junta de Salvação Nacional e os grupos políticos organizados e representativos, nomeadamente o

Movimento Democrático Português, o Partido Comunista Português, o Partido Socialista Português e os cristãos antifascistas;

2 — Que a liberdade de associação se concretize imediatamente no livre funcionamento dos partidos políticos e agrupamentos existentes, nomeadamente o Movimento Democrático Português, o Partido Comunista Português, o Partido Socialista Português e os cristãos antifascistas;

3 — No intuito de impedir que as forças reaccionárias pratiquem crimes contra a sociedade democrática que se deseja instaurar e cometam atentados contra a segurança do Povo Português, deseja-se:

3.1. A privação imediata da liberdade do ex-Presidente da República e do ex-Presidente do Conselho de Ministros;

3.2. A privação imediata de liberdade de todos os agentes da PIDE-DGS;

3.3. A apreensão de todo o material bélico da PIDE-DGS, Legião Portuguesa e Defesa Civil do Território existentes nas respectivas instalações ou esconderijos ou ainda na posse ou domicílio dos agentes;

3.4. A ocupação de todas as instalações da PIDE-DGS, LP, Brigada Naval, Defesa Civil do Território, Mocidade Portuguesa, Centros de Juventude e ANP e sua entrega às forças democráticas;

3.5. Retirada de todo o material bélico da GNR e da PSP que ultrapasse o estritamente necessário para a função de policiamento.

4 — Para evitar que a administração distrital e concelhia continue, com evidente desagrado das populações, nas mãos de serventuários do antigo regime, deseja-se que:

4.1. Sejam destituídos os governadores civis substitutos;

4.2. Sejam destituídos imediatamente todos os indivíduos investidos de poderes locais pelo fascismo (nomeadamente municípios e freguesias), sendo substituídos por elementos da confiança do povo.

5 — A fim de impedir pressões reaccionárias e pôr desde já cobro a situações de imoralidade, deve-se:

5.1. Demitir imediatamente todos os delegados e subdelegados do INTP, presidentes das Caixas de Previdência e outros organismos idênticos;

5.2. Afastar todos os funcionários que ocupam cargos públicos por nomeação ministerial motivada por razões políticas;

5.3. Demitir todos os delegados do Governo junto de empresas públicas ou privadas.

6 — Para prevenir toda a adulteração da opinião pública e impedir agressões ideológicas, deseja-se:

6.1. A demissão imediata dos directores da TV, EN, ANI, Agência Lusitânia e jornal "Época";

6.2. Que o preenchimento desses cargos seja efectuado com a colaboração das forças democráticas.

7 — Sendo afrontoso para o Movimento das Forças Armadas, Junta de Salvação Nacional e Povo Português que os responsáveis pela situação a que o País chegou não respondam pelos graves delitos cometidos, é imperioso que:

7.1. A Junta de Salvação Nacional, assistida por uma comissão de juristas democratas, defina os princípios por que hão-de julgar-se esses delitos;

7.2. Sejam instaurados processos a quantos lesaram o País, desrespeitaram os direitos dos cidadãos e se serviram do poder, autoridade, influência económica ou política para benefício próprio, nomeadamente ex-membros do governo;

7.3. Para tanto seja nomeada uma comissão de inquérito "ad hoc", constituída por juristas de reconhecida probidade, competência e isenção.

8 — Tendo sido razões de ordem política que determinaram o êxodo para o estrangeiro de milhares de jovens em idade militar, incorporados ou não nas Forças Armadas, julga-se indispensável que se lhes permita também o livre e imediato regresso ao País."

JOSÉ MAGRO: exemplo e símbolo

Uma das primeiras e mais significativas medidas do novo regime instaurado pelo Movimento das Forças Armadas foi a libertação de todos os presos políticos encerrados nas masmorras da PIDE-DGS. Todos homens que, duma maneira ou de outra, segundo as suas convicções, trabalharam para a queda do fascismo, pagando a sua coragem e determinação com a perda da liberdade e a sujeição ao regime prisional dos cães de guarda da reacção.

Em jeito de homenagem a todas as vítimas do fascismo, sem esquecer os que perderam a vida às mãos da sinistra repressão montada há quase cinquenta anos e abolida pelo 25 de Abril, decidimos ouvir um desses homens, precisamente alguém que ao mesmo tempo é símbolo e exemplo de todos eles: José Magro, membro destacado do Partido Comunista, com quase vinte e um anos de vida passados nas cadeias fascistas.

CONFIANÇA NO FUTURO

— Ainda que continue a reconhecer a existência do perigo de um contragolpe por parte das forças reacionárias, visto não estarem ainda destruídas todas as diversas estruturas repressivas do regime, estamos a ganhar posições hora a hora, a tornar mais difícil a contra-ofensiva reacionária e a entrar no caminho de uma verdadeira democratização para o país — diz-nos José Magro, que logo acrescenta: — Impõe-se a intensificação da acção e da organização populares, a destruição rápida do aparelho fascista ainda existente e a formação imediata dum Governo Provisório de unidade em que participe de facto o Partido Comunista. As próximas semanas serão decisivas.

Conversávamos horas antes da chegada a Lisboa de Álvaro Cunhal. A última vez que ambos tinham estado juntos foi em fins de 1956, na cadeia de Peniche. Magro comenta:

— A vinda do Álvaro é uma coisa muito importante para os comunistas, para os democratas, para todo o povo, na medida em que o facto assume um grande significado político e democrático. E também para o Partido, pois virá apressar aquilo que é cada vez mais necessário: a legalização do Partido, que assim poderá desempenhar livremente a função que lhe compete e que não enjeita na reconstrução do país.

TRÊS PRISÕES E UMA EVASÃO

José Magro aderiu ao Partido em 1940, com vinte anos, tendo já feito a tropa integrado na organização militar dos comunistas. Em Março de 1945, dias antes de a polícia lhe assaltar a casa, foge e passa à clandestinidade, como funcionário do Partido, ligado ao Movimento de Unidade Anti-Fascista. Dissolvido este organismo, integra-se directamente na máquina partidária. Em 25 de Junho de 1951 é preso em Lisboa, após perseguição pela polícia, na zona da Maternidade Alfredo da Costa. É julgado e condenado a 3 anos de prisão e mais 3 de medidas de segurança, prorrogáveis. Cumprida a pena, a PIDE tenta prolongar as medidas de segurança, mas consegue ser liberto em 14 de Fevereiro de 1957. Em 27 de Maio, estava Magro na legalidade, é presa a sua infatigável companheira e também destacada militante, Aida Magro. A pretexto da descoberta de uma carta dirigida ao Partido em data posterior à saída de José Magro da cadeia, ele é ameaçado pela polícia de nova prisão, o que determina o seu rápido reingresso na ilegalidade, em 14 de Junho de 1957. A 12 de Maio de 1959 é novamente preso, também em Lisboa, na zona de Arroios. É julgado e condenado a dez anos de cadeia e medidas de segurança prorrogáveis. A 4 de

Dezembro de 1961 evade-se do forte de Caxias, juntamente com mais sete presos. Nova detenção em 24 de Maio de 1962. Não lhe é permitido assistir ao julgamento, sendo condenado a 5 anos e mais um por se ter anteriormente evadido. Finalmente, em 26 de Abril de 1974, a libertação. Em 12 de Outubro completaria precisamente 21 anos de prisão.

CASOS TÍPICOS

José Magro, dirigente do Partido em Lisboa e Porto e, à data da última prisão, membro do Comité Central, fala-nos da sua longa passagem pelos cárceres do fascismo:

— Resisti sempre ao inimigo, recusei-me a colaborar com ele, coisa que é ao mesmo tempo simples e complicada: simples na medida em que é possível, desde que se esteja disposto a ficar lá, complicada na medida em que isso implica sofrimentos e preocupações. Desde a primeira vez que fui preso que "eles" ficaram a saber o que podiam esperar de mim. Aguntei o "sono" e a "estátua" e recusei-me a abandonar a tortura, dizendo: "Ou isto vai até ao fim e vocês me matam, ou eu saio daqui". Tiveram que me levar à força para a cela. Nas prisões seguintes recorreram a outros métodos e cheguei a estar seis meses no "isolamento".

E continua:

— A prisão é uma prova muito séria e dura. Mas as privações culturais, materiais e sentimentais não me afectaram, no sentido em que não enfraqueceram a minha disponibilidade de luta. Pelo contrário, os sofrimentos amadureceram-me, deram-me convicções ainda mais firmes.

José Magro fez questão de referir outros comunistas, cuja passagem pela prisão considerou exemplar. Entre os que melhor resistiram, aludiu a Francisco Miguel e Álvaro Cunhal, este nove anos no "isolamento", em Peniche, de 1949 a 1956; entre os que mais sofreram, recordou Manuel Rodrigues da Silva, que viria a pagar com a vida o tratamento a que foi sujeito; entre as mulheres, evocou Maria Machado. "São casos típicos, que neste momento lembro, mas aos quais se poderiam juntar muitos outros".

62

«SEARA NOVA» N.º 1543

A sair em 15 de 1974

Provas enviadas a Exame Prévio em

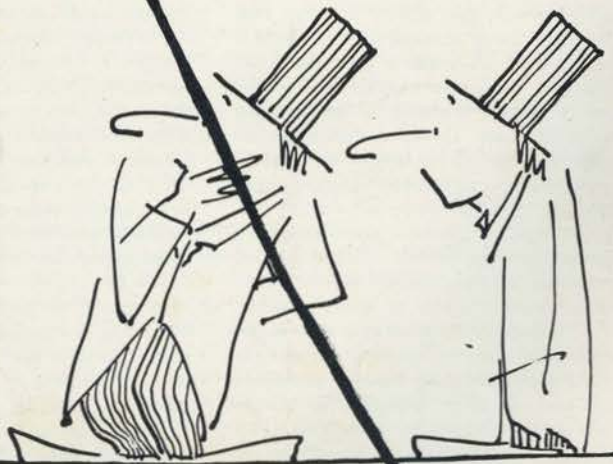
10 de 4 de 74

587
10/11/74

**EXAME PREVIO
PROIBIDO
COMISSAO DE LISBOA**

DEIXA LA'... OS OUTROS
364 DIAS SAO NOSSOS!

1.
MAIO



July